

ABC ainda não fornece caneta emagrecedora pelo SUS e médica aponta necessidade

George Garcia

Para a médica endocrinologista e docente da USCS (Universidade Municipal de São Caetano do Sul), Fernanda Lendimuth Gomes de Melo, o fornecimento dos medicamentos como Ozempic, Mounjaro e outros que ficaram conhecidos como canetas emagrecedoras, pelo SUS (Sistema Único de Saúde) pode auxiliar muitos pacientes com diabetes, obesos, com gordura no fígado e que tenham risco cardiovascular. Apesar destas canetas não integrarem a lista de medicamentos do SUS, os municípios podem adquirir por conta própria e oferecer a seus pacientes. O alto custo é um fator importante e região as cidades ainda não fornecem, apesar de algumas cidades brasileiras já ofertarem através de projetos piloto em parceria com laboratório fabricante.

“Atualmente no SUS não existe liberação de nenhum tipo dessas canetas para nenhuma enfermidade. As sociedades médicas em conjunto, têm lutado pela inclusão de alguma dessas canetas na lista de medicação de alto custo para permitir o tratamento de qualidade, segundo diretrizes brasileiras e internacionais”, diz a médica e professora da USCS.

“Acho que a regulamentação pelo SUS é fundamental”, continua Fernanda. “O diabetes tipo 2 é uma doença que afeta mais de 10% da população e a imensa maioria dos casos está associada a obesidade, que é doença crônica e está mais do que na hora dela ser reconhecida como tal, para que possa ser tratada adequadamente com respeito e ciência. A obesidade acomete 25% da população brasileira, um quarto da nossa população adulta, mais de 50 milhões de indivíduos. O excesso de peso é fator de risco para inúmeras outras doenças, como infarto, insuficiência cardíaca, AVC e inúmeros tipos de câncer. As pessoas com obesidade precisam de tratamento e isso, no SUS, está limitado à cirurgia bariátrica que é reservada para os casos muito graves da doença; só 10% a 15% do total de indivíduos. A fila também é enorme e enquanto aguardam os pacientes não tem nenhum outro tratamento disponível. É impensável que num país, que tem como valor a saúde para todos, o tratamento adequado e baseado em evidências científicas robustas esteja reservado só para quem tem dinheiro para pagar”, diz a

médica endocrinologista.

Cidades

A prefeitura de São Caetano se ampara na avaliação da Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS). “As chamadas canetas emagrecedoras não estão disponíveis de forma gratuita pelo SUS para tratamento da obesidade. Atualmente, esses medicamentos não fazem parte da lista oficial de fornecimento regular do SUS, principalmente devido ao alto custo e à necessidade de avaliação criteriosa de incorporação pelo sistema público. O Ministério da Saúde publicou decisões formais por meio das Portarias SECTICS/MS nº 67/2025 e nº 65/2025, que estabelecem a não incorporação da liraglutida e da semaglutida no âmbito do SUS para o tratamento de pacientes com obesidade e diabetes, conforme critérios avaliados pela Conitec”.

Moradora de São Caetano, conta que o pai tem diabetes do tipo 2 e que procurou pelo medicamento na rede municipal, mas recebeu a informação que “as canetas ainda não chegaram”.

A prefeitura de São Bernardo destaca que, apesar das canetas emagrecedora não fazerem parte da lista de medicamentos Rename (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais) os municípios estão livres e podem, se quiserem oferecer o medicamento, porém, neste caso, bancam o alto custo dele sozinha, já que não haveria participação tripartite de cidade, Estado e União no custeio, como acontece com os remédios da lista do SUS. “Importante frisar que Estados e Municípios são livres para constituírem a sua lista de medicamentos padronizados, incluindo medicamentos que não fazem parte da Rename – entretanto, não existe financiamento tripartite para esses medicamentos; os municípios que oferecem, são livres para estabelecer seus próprios protocolos de acesso. Esses medicamentos citados, assim como diversos outros, fazem parte de uma lista de controle especial e somente podem ser comercializados ou fornecidos mediante apresentação de Receituário Médico de Controle Especial”, diz o paço de São Bernardo, em nota.

A prefeitura de Diadema resumiu dizendo que não fornece esse tipo de medicamento. Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, não responderam.

Riscos

Para a médica endocrinologista o uso não deve ser feito apenas por estética e muito menos sem indicação e acompanhamento médico, porque há vários efeitos

colaterais, mesmo sendo um medicamento seguro. “As canetas são medicamentos, têm indicação, efeitos colaterais e contraindicações. Não devem ser usadas com finalidade estética em pessoas sem diabetes ou sem obesidade. São medicações seguras a longo prazo, segurança comprovada em estudos de longo tempo de acompanhamento. Porém, existem efeitos colaterais e alguns são muito frequentes tais como náusea, podendo chegar a vômitos; alteração do hábito intestinal, podendo ser constipação ou diarreia. A tirzepatida (o Mounjaro) pode levar a fadiga, sensação de frio. Efeito colateral raro, relacionado a associação com algum outro fator de risco é a pancreatite”, explica.

Fernanda aponta ainda outros efeitos negativos relacionados ao uso sem acompanhamento adequado. “Sem cuidado com alimentação equilibrada e atividade física a perda de peso muito rápida leva a perda de massa muscular e queda de cabelos. Pode acontecer também uma perturbação da autoimagem corporal, pelo emagrecimento rápido, situação em que a pessoa não consegue se enxergar magra, achando que ainda está gorda”, relata.

Crime

As canetas emagrecedoras, desde que chegaram às farmácias, foram alvo de muita procura e também seu preço elevado chamou a atenção de quadrilhas de criminosos especializadas no roubo deste produto, o que alimenta um mercado clandestino. Além disso há contrabando que vem de fora do país através de fronteiras de material que não tem origem comprovada. Também há quem compre medicamentos com receituário falso. Nos três casos, a receita falsa, a compra de produtos roubados ou de contrabando há grande risco envolvido para os pacientes.

“Os riscos do uso ilegal, sem acompanhamento criterioso e ético de um médico é enorme. Eles vão desde a questão da procedência escusa do princípio ativo das manipulações; a venda da dose aplicada diretamente nas clínicas, que também é ilegal e antiética; a medicação vinda do Paraguai, que não tem nenhuma garantia de ser o que diz o rótulo. As próprias indústrias farmacêuticas garantem que não comercializam seu princípio ativo e não tem fábrica no Paraguai. Então, o que é que essa gente está tomando? Ninguém sabe. Qual a dose? Também ninguém sabe. Efeitos colaterais bizarros, casos de pancreatite grave e até efeitos colaterais psiquiátricos foram descritos nos pacientes que usaram esses ilegais. Existem também o contrabando e o comércio informal de canetas roubadas ou compradas com receita falsa. Isso, além de contribuir com o crime, coloca a pessoa que compra em risco”, alerta Fernanda Lendimuth Gomes de Melo.

A regulação pelo SUS, reafirma a endocrinologista, é a melhor forma de estabelecer controle e segurança sobre esses medicamentos. “Isso vai beneficiar muito quem precisa e com certeza diminuir o mercado paralelo, mas acho que a pressão estética da magreza, cada vez maior atualmente, pode fazer com que uma parte desse mercado paralelo se mantenha, sustentado pelo uso inadequado e puramente estético dessas medicações”, completa médica.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3811094/abc-ainda-nao-fornece-caneta-emagrecedora-pelo-sus-e-medica-aponta-necessidade/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Cidades